

Momentos da economia brasileira

Antonio Carlos de Andrade

Assistimos preocupados à instabilidade da economia brasileira. A crise é de confiança. Perguntamo-nos como uma situação especulativa na bolsa de valores pode abalar tão profundamente a oitava nação industrializada do mundo. A análise profunda dos quadros determinantes dessa situação passa por uma divisão de responsabilidades.

Os caciques do capitalismo nacional estão octogenários e não apresentam sucessores. O caminho do seu sucesso passou por muito trabalho, paciência, determinação e coragem. Os trabalhadores pertiñazes e incansáveis que atingiram a marca do bilhão de dólares de patrimônio exigem a sua performance para serem igualados.

O povo brasileiro comprimido pela deseducação e pobreza, permanece marginalizado de decisões conscientes e participativas, sendo instrumento fácil do marketing bem dirigido.

Os políticos-burocratas respaldados nas forças armadas, com visão positivista, na mais nobre tradição de ordem e progresso protegem o *status quo* com admiração no empenho dos grandes capitalistas e preocupação na rebeldia dos pobres.

O tripé governamental capital-povo-gestão encontra eco na ressonância dos ideais nacionalistas e faz coro em condenação ao capital financeiro internacional dito espoliativo.

O capital é silencioso e altamente eficiente. Estabelecida a desconfiança pela falta dos pagamentos internacionais, desorganizam-se as contas internas e afugentam-se os capitais dos nacionais e multinacionais que se estabeleceram no país, provocando uma evasão para praças mais seguras.

Não efetuamos o pagamento das amortizações do principal e dos juros da dívida externa mas pagamos conta elevada de transferência em depósitos no exterior. Simples exercício técnico das elasticidades-preço de importações e exportações mostra claramente o fato, auto-agravado pela diferença cambial do oficial e paralelo.

O país precisa urgente de estabilidade. Políticas claras, precisas, duradouras. A autoridade moral dos governantes deve estar acima do seu valor político. As leis precisam ser justas, terem certa permanência. O direito do cidadão é inalienável, bem como o seu dever perante a comunidade. Decisões baseadas no argumento, e o poder da força ou de polícia exercido sem violência para garantir as leis.

Mudança de mentalidade, o lema não deve ser Ordem e Progresso, nem tampouco o Estado Soberano, mas Amor e Liberdade, em que o trabalho e a livre iniciativa se exercitem pelo poder da criação e inteligência e que o governo seja a união de todos em torno da prosperidade e felicidade.

Em meio a esta visão liberal, do estado de direito democrático, compatível com as nações mais civilizadas, é preciso que o país tenha e anuncie sua política econômica.

Quanto à política monetária não devemos continuar a emitir dinheiro em percentuais mais altos do que os próprios níveis de inflação. Isto acelera o aumento de preços. É mister compatibilizar-se o volume dos meios de pagamentos com as taxas inflacionárias e as taxas de crescimento.

É fundamental uma política austera de valorização monetária do padrão de troca nacional. Um culto à moeda. A deusa Moeda que faz verdadeiros milagres.

Política cambial realista — Utilizando-se o sistema de minidesvalorizações sucessivas, com apoio do mercado, pode-se equiparar as taxas do oficial ao paralelo e liberar o câmbio para negociação por todo sistema bancário. A paridade diária será estabelecida pelo Banco Central para comercialização pelos bancos, inclusive o Banco do Brasil.

Como medida conjuntural para enxugar a política monetária, os exportadores sofrerão uma retenção cambial em dólares pelo valor diferenciado da desvalorização cambial, até que se normalize a inflação no país, quando o mercado funcionará livremente.

Política fiscal — O governo suspenderá novas despesas até o total equilíbrio da dívida

interna e externa. Para cobrir o déficit atual recorrerá ao fisco, liberando os reinvestimentos produtivos com o conseqüente crescimento econômico e taxando o lucro pessoal. O Imposto de Renda de pessoa jurídica será limitado a baixo percentual do lucro líquido para todas as categorias, inclusive no caso de remessa. A tabela progressiva na fonte e a de rendimentos da declaração sofrerão majoração conjuntural, sem direito de apropriação futura do diferencial, apenas para cobrir o déficit de caixa juntamente com o acréscimo do IPI sobre automóveis, cigarros, bebidas, jóias e supérfluos importados. O pagamento de juros ao exterior sofrerá tributação maior sobre o valor da remessa do que se reinvestido sob forma de risco.

As taxas de juros reais internas serão um pouco mais altas do que as do mercado internacional, para atrair capitais.

Política salarial e de preços — Equiparar os salários e preços aos BTN mensais, para todos os níveis e categorias, não permitindo que os aumentos de produtividade do salário sejam maiores do que a taxa de crescimento do PIB.

Havendo um pacto nacional, o aumento real de salários será igual para todos e estabelecido ao nível do crescimento real verificado na economia como um todo.

Política salarial e privatizações — O governo buscará transferir mão-de-obra através do sistema de privatizações, apoiará a aposentadoria proporcional dos seus quadros, segundo estudo prévio, e terá um quadro único de salários para a administração direta, mediante aprovação de um novo plano de carreiras.

As estatais do governo terão quadros funcionais equiparados e divididos em categorias.

Com isto, o país estará dando os primeiros passos para a integração na comunidade internacional como nação civilizada.

O resto fica por conta de cada um.

Antonio Carlos de Andrade é economista, formado pela UFRJ, onde foi professor de Economia Internacional